



Novo solavanco à vista na campanha de Flávio

Federação PP-União se afasta do senador do PL, e partido busca apoio do Republicanos. PSDB anuncia que não terá candidato à Presidência, mas Aécio descarta neutralidade

» ALÍCIA BERNARDES

A corrida presidencial de 2026 ganhou novos contornos nesta semana com movimentos simultâneos de partidos que buscam reposicionar suas estratégias antes do início das convenções. Em entrevista ao **Correio**, o presidente nacional do PSDB, deputado Aécio Neves, negou que a legenda tenha decidido permanecer neutra na disputa pelo Palácio do Planalto e afirmou que qualquer definição sobre apoio ou posicionamento eleitoral ainda será debatida pela Executiva Nacional.

“Não existe essa decisão de neutralidade. Eu vi isso em algumas matérias, mas isso é de responsabilidade de quem escreveu”, afirmou. Segundo ele, a única decisão tomada até o momento foi retirar da pauta a possibilidade de uma candidatura presidencial própria, para concentrar esforços na reconstrução da bancada tucana no Congresso Nacional.

Aécio afirmou que o partido atravessa um processo de reorganização e que a prioridade será fortalecer sua presença na Câmara e no Senado antes de voltar a disputar a Presidência da República. O dirigente também antecipou que, em agosto, a sigla apresentará o projeto “Brasil Real”, plataforma que pretende servir de base para a construção de uma alternativa de centro visando as eleições de 2030.

Apesar disso, ele reforçou que a posição do PSDB para o pleito de 2026 permanece em aberto. “Em relação a estas eleições, nós ainda vamos discutir qual será a posição do PSDB”, declarou. Nos bastidores, integrantes da legenda avaliam que a decisão dependerá da consolidação das candidaturas de centro e da capacidade de construção de uma frente competitiva contra os polos já estabelecidos.

Enquanto os tucanos evitam antecipar um alinhamento nacional, a federação formada por PP e União Brasil caminha em direção oposta ao projeto eleitoral do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Lideranças das duas legendas passaram a defender internamente uma postura de neutralidade na eleição presidencial após sucessivos desgastes na relação com Flávio.

No PP, interlocutores afirmam que o presidente da sigla, senador Ciro Nogueira (PI), ficou insatisfeito com a falta de apoio de Flávio

Reprodução/Instagram/@flaviobolsonaro



Flávio Bolsonaro decidiu ampliar o protagonismo da mulher, Fernanda, em aceno ao eleitorado feminino

durante as investigações relacionadas ao empresário Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Já no União Brasil, o desconforto aumentou após a prisão do aliado Márcio Canella, ex-prefeito de Belford Roxo (RJ), apontado como pré-candidato ao Senado em uma eventual chapa liderada pelo senador — no episódio, avaliam dirigentes, Flávio também adotou uma postura de silêncio.

A eventual neutralidade da federação representa um revés para a estratégia do PL de ampliar sua coalizão. Diante desse cenário, o partido intensificou as negociações com o Republicanos para consolidar uma aliança nacional antes das convenções partidárias.

Em Brasília, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o coordenador da pré-campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), reuniram-se com dirigentes do Republicanos para discutir acordos que envolvem disputas estaduais e apoio mútuo.

Impasses

O Republicanos busca respaldo do PL em estados como Acre, Espírito Santo, Mato Grosso, Roraima e Minas Gerais, enquanto o partido de Flávio espera receber o apoio formal da legenda à corrida presidencial. As conversas, no entanto, ainda esbarram em impasses regionais, que deverão ser solucionados nas próximas semanas.

Paralelamente às negociações partidárias, o PL reorganiza a estratégia de comunicação da pré-campanha de Flávio. Após o distanciamento político da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, a direção do partido decidiu ampliar o protagonismo da dentista Fernanda Bolsonaro, mulher do senador, especialmente em agendas voltadas ao eleitorado feminino. A expectativa é de que ela assuma papel mais ativo em eventos públicos, na comunicação digital e na formulação de propostas

ligadas à saúde da mulher, políticas familiares e assistência social.

Nos bastidores da direita, a iniciativa divide opiniões. Uma ala considera que Fernanda reúne legitimidade para ocupar esse espaço e defende que ela comece desde já a construir uma imagem nacional. “Está certo. Ela vai ser a nova primeira-dama e precisa começar a ser conhecida pelos brasileiros”, afirmou um aliado do senador, sob reserva. Outra corrente, porém, avalia que Michelle ainda mantém forte influência entre o eleitorado conservador e religioso e que qualquer tentativa de substituição pode provocar comparações desfavoráveis.

Nos bastidores do Congresso, parlamentares avaliam que as definições mais relevantes deverão ocorrer apenas após o período das convenções, quando o desenho das coligações estaduais indicará, de forma mais clara, o tamanho das alianças que disputarão o Planalto em 2026.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Alcolumbre não se entende com Lula e congela a agenda do Congresso

Com o Brasil fora da Copa e a política retomando o centro da cena, o Congresso Nacional entrou definitivamente em modo eleitoral. A sessão do Congresso prevista para essa quinta-feira foi cancelada por falta de acordo entre seu presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Legislativo não deve votar mais nada de relevante antes do recesso e, muito provavelmente, tampouco antes das eleições de outubro.

A paralisia atinge temas como a PEC da Segurança Pública e a regulamentação da exploração de terras raras. Na prática, a agenda institucional foi sequestrada pela disputa de poder entre o Executivo e o Congresso. O rompimento entre Lula e Alcolumbre, ocorrido após a rejeição do nome de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal, tornou-se o principal fator de bloqueio da pauta legislativa.

A crise não decorre de uma divergência programática clara, de um grande embate federativo ou de um choque ideológico. O que se vê é uma mistura de ressentimento político, disputa por espaços de poder, recados cruzados e cálculo eleitoral. Alcolumbre não perdoou o modo como o Planalto conduziu a articulação em torno da vaga no STF; Lula, por sua vez, ainda não encontrou o caminho para recompor uma relação funcional com o presidente do Senado.

Assim, o Congresso desacelerou. O encontro entre os dois foi anunciado e adiado diversas vezes. O resultado é o congelamento da agenda nacional num momento em que o país exigiria exatamente o oposto. O Senado segura propostas consideradas prioritárias pelo governo; a Câmara já trabalha com a perspectiva de apenas duas semanas de esforço concentrado em agosto e início de setembro, antes de mergulhar de vez na campanha.

As datas previstas — de 10 a 14 de agosto e de 31 de agosto a 4 de setembro — mostram que a agenda legislativa foi subordinada ao calendário eleitoral. Em outubro, com o primeiro turno marcado para o dia 4, dificilmente haverá espaço político para deliberações de maior impacto. O Congresso passou a operar sob a lógica da sobrevivência eleitoral de deputados e senadores, que estarão ocupados em suas bases, cuidando da própria reeleição ou da eleição de seus aliados.

O governo tenta transformar a paralisia do Congresso em ativo eleitoral. Sua prioridade é a aprovação final e a regulamentação do fim da escala 6x1. A proposta, que já passou pela Câmara com ampla maioria, tornou-se uma bandeira de campanha de Lula, com forte apelo simbólico junto ao eleitorado que trabalha seis dias na semana. Se conseguir destravar a tramitação no Senado e aprovar a PEC ainda em julho, uma parte da redução da jornada poderia entrar em vigor em setembro, a tempo de produzir um efeito concreto antes do pleito.

Política externa

Essa é a maior aposta do governo. Daí o nervosismo do PT com a demora de Alcolumbre em encaminhar a proposta à Comissão de Constituição e Justiça. A troca de farpas entre o líder petista Pedro Uczai e o presidente do Senado elevou a tensão. Uczai ameaçou “eleger” Alcolumbre como “inimigo” dos trabalhadores, caso a PEC não avançasse; Alcolumbre respondeu com uma nota dura, afirmou que não se submete a ultimatos nem a pressões político-eleitorais.

Alcolumbre disse que “ameaças e constrangimentos institucionais” não aceleram a tramitação de matéria. No meio do embate, o governo tenta recuar da retórica e preservar a ponte com o presidente do Senado. Sem uma distensão mínima, a PEC da 6x1 corre o risco de virar apenas peça de propaganda, e não uma conquista efetiva.

O Senado sob comando de Alcolumbre, segundo o próprio, não pode ser tratado como carimbador automático das decisões da Câmara. Ao sinalizar que a Casa levará “o tempo razoável” para analisar a matéria, reafirmou sua autoridade institucional. A votação de qualquer pauta de interesse do governo dependerá de uma conversa entre Lula e Alcolumbre. Ou seja, a 6x1 virou moeda de troca.

Enquanto o governo se vê bloqueado no Congresso, a oposição tenta montar o seu próprio palanque. Os adversários de Lula apostam em cercá-lo na frente externa, sobretudo nas negociações com os Estados Unidos e na crise aberta em torno do documento do Itamaraty sobre a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas.

O chanceler Mauro Vieira é o principal alvo dessa ofensiva. O objetivo não é apenas obter explicações técnicas sobre o teor do ofício ou sobre a interpretação diplomática do tema. A oposição pretende criar um fato político, manter o governo sob pressão e atribuir a Lula uma suposta condução desastrosa da política externa.

O discurso da oposição é de que o Itamaraty teria criado uma crise diplomática desnecessária ao mencionar cenários envolvendo possíveis ações dos Estados Unidos depois da classificação de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas. Ao levar Mauro Vieira ao Congresso, os oposicionistas querem transformar um documento técnico em combustível para a narrativa de que o governo Lula é antiamericano por reflexo ideológico e incapaz de conduzir com pragmatismo uma negociação delicada sobre tarifas e comércio exterior.

Aliados confiam em retorno de Michelle

» DANANDRA ROCHA

Apesar de a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro estar longe dos holofotes desde que anunciou sua saída da presidência nacional do PL Mulher, aliados apostam que o recolhimento representa apenas uma pausa em meio às turbulências das últimas semanas e enxergam nela a principal liderança feminina da direita para as eleições de 2026.

Interlocutores ouvidos pelo **Correio** afirmam que Michelle tem dedicado esse período à reflexão após a repercussão do vídeo em que declarou ter sido “humilhada” pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A crise expôs divergências dentro do núcleo político da família Bolsonaro e provocou reações intensas no campo conservador.

Segundo essas fontes, parte do desgaste enfrentado pela ex-primeira-dama não procede de adversários políticos, mas de integrantes do próprio grupo bolsonarista. “Michelle vem sendo fortemente atacada mais por integrantes da direita do que da esquerda”, relatou uma pessoa próxima à ex-primeira-dama. Ainda assim, a avaliação predominante entre seus aliados é que sua influência permanece intacta.

“Sabe como é mulher”

Na quarta-feira, ao ser questionado por jornalista sobre a possibilidade de deputadas do partido, como Bia Kicis (DF), Caroline de Toni (SC) ou Júlia Zanatta (SC), assumirem a função de Michelle, Valdemar respondeu: “Nomes nós temos, mas você já imaginou? Se a gente colocar uma, você sabe como é mulher, né?”.

Essa percepção encontra respaldo em números. Pesquisa Meio/Ideia, divulgada nesta semana, apontou Michelle como a mulher mais poderosa do Brasil na avaliação espontânea dos entrevistados. Ela foi citada por 15,4% dos participantes, à frente da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, que registrou 9%, e da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, com 4,5%.

Para a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), as críticas direcionadas a Michelle mostram o temor que adversários e setores do próprio campo conservador têm diante do crescimento da influência política da ex-primeira-dama.

Evaristo Sa/AFP



Apoiadores destacam influência política da ex-primeira-dama

“Os ataques sistemáticos contra Michelle Bolsonaro são uma tentativa clara de desgaste e refletem o receio dos adversários em relação ao seu capital político. Trata-se de uma estratégia para tentar isolar e desconstruir a imagem de uma liderança feminina que tem forte capacidade de mobilização popular. Ela fala ao coração das pessoas como nenhum outro”, afirmou Damares ao **Correio**.

O presidente nacional do PL, **Valdemar Costa Neto**, descartou a substituir Michelle no comando

do PL Mulher e admitiu até mesmo extinguir a presidência nacional do segmento. “Queremos muito que ela volte à Presidência do PL e seja candidata a senadora”, frisou, ontem, à reportagem.

Na quarta-feira, a jornalista, ele disse: “Sem querer desmerecer as mulheres do nosso partido, aliás, são muito melhores do que os homens, nós não temos ninguém à altura da Michelle. A Michelle tem um poder muito grande de comunicação, fala bem, tem imagem boa e é dedicada”.